

III.º Encontro Ibérico de Reguladores do Audiovisual

Discurso de Abertura

José Alberto Azeredo Lopes
Presidente do Conselho Regulador da
Entidade Reguladora para Comunicação Social

Senhor Presidente do Conselho Audiovisual da Catalunha (CAC),
Senhor Presidente do Conselho Audiovisual da Andaluzia (CAA),
Senhor Presidente do Conselho Audiovisual de Navarra (CoAN),
Senhores Conselheiros,
Caros Colegas e Amigos,

Damos hoje início ao III.º Encontro Ibérico de Reguladores do Audiovisual, depois de há dois anos nos termos reunido pela primeira vez nessa condição em Lisboa e de, volvido um ano, nos termos encontrado, para o mesmo efeito, na belíssima cidade de Barcelona.

Antes de começarmos os nossos trabalhos, deixem-me que os cumprimente – de uma forma muito especial, os nossos colegas catalães, andaluzes e navarros – e que lhes diga, em meu nome e no do Conselho Regulador da ERC, da grande alegria que sinto por termos mantido e fortalecido este projecto, como amplamente se comprova pelo testemunho que damos com a nossa presença.

E a minha alegria é tanto maior quanto, desta feita, os recebo na “minha” cidade, que tenho como hospitaleira e acolhedora, e que, espero, não os desiludirá.

Tenho presente a génese destes Encontros, desenhados sob a forma de esquisso entusiasmado num momento após a refeição (salvo erro) em Praga, durante uma reunião da EPRA, onde, em torno de uma mesa, e por impulso do então Presidente do Conselho Catalão, se sentaram os representantes das nossas quatro Entidades.

Ali acordámos, sem dificuldades, o princípio; ali também entendemos que seriam encontros sem pompa excessiva, reuniões de amigos, onde pudéssemos discutir, debater, aprofundar, as questões fundamentais da regulação. Percebêramos, na verdade, como os nossos “mundos” e “dilemas” regulatórios eram próximos, como problemas com que um se debatia eram, quase sempre, problemas com que o outro deparava.

Por isso, passados estes três anos, o nosso Encontro no Porto, se assim me posso exprimir, representa a velocidade de cruzeiro do Projecto. E é relevante que tenhamos alcançado este estádio porque, quantas vezes, o impulso inicial esmorece; e mesmo porque, além disso, dentro em breve haverá, porventura, que prever mais uma cadeira à nossa “mesa”, pelo facto de Espanha se ter dotado de um regulador nacional, o CEMA.

Cada uma das nossas Entidades tem vindo a seguir o seu caminho, e, mesmo antes de tempo, não posso deixar de felicitar vivamente, na pessoa do seu Presidente, o Conselho Audiovisual

da Catalunha, que este ano festeja o seu décimo aniversário – que, aliás, faz coincidir com a circunstância de assegurar a próxima reunião dos reguladores europeus do audiovisual.

Mas congratulo-me, da mesma maneira, com a circunstância de Andaluzia e Navarra (como posso comprovar pela qualidade e profundidade dos trabalhos que têm a amabilidade de nos enviar) marcarem, com o seu profissionalismo, a regulação do audiovisual na sua esfera de competências e de jurisdição.

Já o exprimi pessoalmente ao seu Presidente e meu querido Amigo, mas mal ficaria se não destacasse o facto de o Conselho da Andaluzia assegurar, actualmente, a Presidência do RIRM, assim se demonstrando, à saciedade, o prestígio que a sua instituição alcançou entre as suas congéneres dos dois lados do Mediterrâneo.

Permito-me também a ousadia, mas talvez seja o pecado do orgulho a falar, de acreditar que a Instituição que represento é hoje respeitada pelo seu trabalho e pela independência com que procura sempre actuar, nem sempre nas circunstâncias mais fáceis.

Significa isto que, nos nossos dois países, a regulação da comunicação social, ou, naquilo que nos é comum, do audiovisual, atingiu um patamar que não deslustra no confronto com o conjunto dos nossos congéneres europeus. E é bom assinalar isso, mesmo que de quando em quando, para termos a noção de que o caminho que trilhamos é o correcto.

Antes de terminar, algumas breves palavras sobre o “serviço público de televisão”, tema que escolhemos como mote desta reunião. Nos nossos dois países, muito se tem discutido, ultimamente, o assunto, trate-se da questão da publicidade, de problemas de concorrência, do que seja, afinal, esse serviço, ou, até, sobre se ele é necessário, devendo ou não ser mantido – o que no caso português, sempre implicaria, creio, uma revisão constitucional.

Tenho presente que nenhuma destas questões é realmente nova, estando abundantemente versada, seja em documentos oficiais (do Conselho da Europa ou do espaço comunitário, por exemplo), seja no espaço público geral ou em doutrina mais erudita.

Também concedo que a minha opinião não seja verdadeiramente imparcial (mas, há alguma que o seja?), uma vez que defendo a importância social, cultural e identitária do serviço público de televisão, num contexto comunicacional mais e mais atomístico, onde se continua a insistir que as pessoas escolhem o que querem, esquecendo-se que a escolha não é por elas determinada, mas por terceiros.

De todo o modo, a melhor defesa que poderá ser feita do serviço público será através de objectivos, onde se perceba o pluralismo e a diversidade, onde se acolha a diferença e o minoritário, onde se promova uma cultura de direitos humanos e de justiça, onde se estimule a criatividade, de onde resulte um apoio à produção audiovisual independente, a promoção da língua, da cultura, da história e da individualidade.

Imagino, porém, que a tentação do Santo Mercado seja tão forte e sedutora para o serviço público de televisão deste lado como do vosso lado da fronteira. Pelo impulso de uma dinâmica organizacional (ainda mais forte em tempos difíceis como os que atravessamos) que posso perceber, mas não aceitar, o serviço público de televisão tende, quase sempre, a acompanhar a concorrência privada, a imitá-la, em vez de a induzir a elevar *standards* – podendo, até, aqui ilegítimamente, ser um concorrente temível e injusto em zonas por onde nunca deveria andar.

Ora, nesse plano, é crucial o papel que cada um dos nossos reguladores é chamado a desempenhar, chamando a atenção para o cumprimento de imperativos constitucionais ou legais, seduzindo, advertindo, e, se necessário, sancionando.

Sobre a experiência de cada um de nós, a seguir ouviremos com interesse e atenção, cabendo a apresentação portuguesa à minha Colega e Amiga Estrela Serrano. Apenas posso dizer-lhes, nestes já mais de quatro anos de ERC, terem sido vários os desencontros (digamos de forma diplomática) entre o regulador português e o serviço público de televisão, alguns mais espectaculares do que outros – nomeadamente, a propósito do cumprimento ou incumprimento de regras básicas que garantam o pluralismo político no serviço público de televisão.

Esses episódios não são mais do que isso, estórias que o tempo e a brisa depressa afastam. Mas fica o mais importante, que é o nosso papel, e a nossa grande responsabilidade, em contribuir para uma cultura de cidadania, e para uma cultura de regulação, que como sabemos, não estão na moda (porque têm por detrás uma cultura de exigência pública).

Mesmo por isso, o debate entre nós é importante.

Resta-me, mesmo a concluir, agradecer mais uma vez, a vossa presença, e em particular àqueles que, de entre nós, vão apresentar as palestras que vamos ouvir, assim nos ensinando, ao longo deste dia.

Muito obrigado.